

“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”:
duas categorias históricas

I. Observação metodológica preliminar

“Já que se fala tão mal das hipóteses, se deveria, pelo menos uma vez, tentar iniciar uma história sem hipóteses. Não se pode dizer que alguma coisa é, sem se dizer o que ela é. Ao refletir sobre os fatos, já os estamos relacionando com conceitos, e certamente não é indiferente saber quais sejam esses conceitos.”¹ Com estas palavras Friedrich Schlegel tira as conclusões de um século de considerações teóricas sobre o que a história é, como ela é conhecida e como deve ser escrita. No final deste “esclarecimento” [*Aufklärung*] histórico, fruto também de uma história percebida como progressista, descobre-se a “história em si”. Em poucas palavras, trata-se de uma categoria transcendental, pois reúne as condições de possibilidade de uma história e de seu conhecimento.² Desde então tornou-se impossível, embora ainda se tente com frequência, tratar cientificamente a história sem que se tenha uma idéia precisa das categorias pelas quais ela se expressa.

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada.

Trata-se, então, de conceitos ligados às fontes e às categorias científicas do conhecimento, que é preciso distinguir, e que podem estar asso-

ciados entre si, mas não o estão necessariamente. Muitas vezes um mesmo termo designa o conceito e a categoria histórica; então, torna-se mais importante estabelecer a diferença nas maneiras de usá-lo. A história dos conceitos mede e estuda essa diferença ou convergência entre os conceitos antigos e as atuais categorias do conhecimento. Nesse sentido, a história dos conceitos, por mais específicos que possam ser seus próprios métodos, e apesar de sua riqueza empírica, é uma espécie de propedêutica para uma teoria científica da história — ela leva à teoria da história.

No que segue se fala de espaço de experiência e de horizonte de expectativa como categorias históricas, mas desde já deve ficar claro que essas duas expressões não são analisadas como conceitos da linguagem das fontes. Renunciaremos conscientemente a deduzir a origem histórica dessas expressões, de certa forma contrariando a exigência metodológica a que o historiador profissional dos conceitos deve submeter-se. Na investigação existem situações em que o abster-se de perguntas sobre a gênese histórica pode aguçar mais o olhar que se dirige à própria história. Em todo caso, a pretensão sistemática a que aspira o nosso procedimento se torna mais clara quando, em um primeiro momento, renuncia-se a historiar a própria posição.

Já do emprego quotidiano das palavras se depreende que nem “experiência” nem “expectativa”, como expressões, nos transmitem uma realidade histórica, como o fazem, por exemplo, as designações ou denominações históricas. Denominações como “acordo de Potsdam”, “economia escravista antiga” ou “Reforma” apontam claramente para acontecimentos, situações ou processos históricos. Já “experiência” e “expectativa” não passam de categorias formais: elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera. A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isso, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta — passada, presente ou futura.

Esta propriedade da formalidade, nossas categorias a compartilham com numerosas outras expressões da ciência histórica. Basta lembrar “senhor e escravo”, “amigo e inimigo”, “guerra e paz”, “forças produtivas e condições de produção”; ou ainda a categoria do trabalho social, a gera-

ção política, as estruturas de uma organização, as unidades de ação social ou política, ou a categoria de fronteira, do espaço e do tempo. Sempre se trata de categorias que nada dizem ainda sobre uma determinada fronteira, uma determinada constituição etc. Mas o fato de se poder questionar e expor essa fronteira, essa constituição ou essa experiência já pressupõe o uso categorial das expressões.

É verdade que quase todas as categorias formais que acabamos de mencionar se caracterizam por serem ao mesmo tempo, ou por terem sido, conceitos históricos, isto é, econômicos, políticos ou sociais, procedentes do mundo da vida. Neste sentido, elas talvez compartilhem da vantagem daqueles conceitos teóricos que em Aristóteles, a partir da compreensão da própria palavra, ainda transmitiam uma visão intuitiva que superava o mundo quotidiano da política. Mas é claro que é possível diferenciar e estabelecer gradações na lista de categorias formais que derivam do mundo pré-científico da vida e de seus conceitos políticos e sociais. Quem haveria de negar que expressões como “democracia”, “guerra e paz”, “dominação e servidão” são mais cheias de vida, mais concretas, mais sensíveis e mais intuitivas do que nossas duas categorias, “experiência” e “expectativa”?

Manifestamente, as categorias “experiência” e “expectativa” pretendem um grau de generalidade mais elevado, dificilmente superável, mas seu uso é absolutamente necessário. Como categorias históricas, elas equivalem às de espaço e tempo.

Isso pode ser fundamentado semanticamente. Plenos de realidade, os conceitos mencionados se apresentam como categorias alternativas, portanto como conceitos que se excluem, constituindo campos semânticos mais concretos, cada vez mais estreitamente delimitados, mesmo que permaneçam estreitamente relacionados entre si. Assim, a categoria do trabalho remete ao ócio, a da guerra à paz, e vice-versa, a fronteira remete a um espaço interior e outro exterior, uma geração política a outra ou a seu correlato biológico, as forças produtivas às relações de produção, a democracia à monarquia etc. O par de conceitos “experiência e expectativa” é manifestamente de outra natureza. Não propõe uma alternativa, não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa.

Sem que se pretenda estabelecer aqui uma hierarquização estéril, pode-se não obstante afirmar que todas as categorias que falam de condições de possibilidade histórica podem ser utilizadas individualmente,

